

# POLÍTICA DE PRIVACIDADE — PETIÇÃOLEGAL (VERSÃO BETA)

Última atualização: 13/05/2026 Versão: 1.0 — Beta

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO CONTROLADOR

Esta Política de Privacidade descreve como a plataforma **PetiçãoLegal**, em sua fase experimental (“Beta”), trata os dados pessoais dos seus usuários, em conformidade com a **Lei nº 13.709/2018 (LGPD)**, com o **Marco Civil da Internet** (Lei nº 12.965/2014) e demais normas aplicáveis.

O controlador dos dados pessoais tratados pela PetiçãoLegal é:

**MICHAEL GOMES FERREIRA LTDA** CNPJ nº 50.154.042/0001-55 Sede: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1811, Sala 1119, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01.452-001 **Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO):** Wesley Aparecido Jose Barbato **Canal de comunicação com o DPO e para exercício de direitos:** suporte@peticaolegal.com.br

## 2. DEFINIÇÕES

Para os fins desta Política, aplicam-se as definições da LGPD (art. 5º), em especial:

- **Dado pessoal:** informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- **Dado pessoal sensível:** dado sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, saúde, vida sexual, dado genético, biométrico, ou referente a sindicato ou organização política, religiosa ou filosófica.
- **Titular:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais.
- **Tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais (coleta, armazenamento, uso, compartilhamento, eliminação etc.).
- **Controlador:** pessoa a quem competem as decisões sobre o tratamento — neste caso, a PetiçãoLegal.
- **Operador:** pessoa que realiza o tratamento em nome do controlador (no caso, os subprocessadores listados na Cláusula 6).

## 3. A QUEM ESTA POLÍTICA SE APLICA

3.1. Esta Política aplica-se aos **Usuários** da PetiçãoLegal — advogados com inscrição ativa na OAB que se cadastram e utilizam a Plataforma — e, indiretamente, aos **dados de Cliente Final** que o Usuário, sob sua exclusiva responsabilidade, eventualmente venha a inserir na Plataforma (ver Cláusula 11).

3.2. A PetiçãoLegal **não coleta dados diretamente do Cliente Final**. Quando dados de Cliente Final são inseridos pelo Usuário durante a utilização da Plataforma, a PetiçãoLegal atua como **operadora** desses dados, sendo o **Usuário (advogado)** o controlador.

## 4. QUE DADOS PESSOAIS TRATAMOS

### 4.1. Dados de cadastro e da Conta

Coletados diretamente do Usuário no momento do cadastro:

- nome civil completo;
- CPF;
- número de inscrição na OAB e seccional;
- endereço de e-mail profissional;
- senha (armazenada de forma criptografada e de uso pessoal e intransferível, sendo de exclusiva responsabilidade do Usuário);
- confirmação automatizada de inscrição ativa na OAB (consulta a base oficial).

#### **4.2. Dados de uso**

Coletados automaticamente durante a utilização da Plataforma:

- registros de acesso à Conta (data, hora, endereço IP);
- registros de uso de funcionalidades (data, hora, tipo de operação);
- logs técnicos relevantes para segurança e funcionamento da Plataforma.

A coleta desses registros observa o **art. 15 do Marco Civil da Internet**, sendo armazenados pelo prazo legal mínimo de 6 (seis) meses.

#### **4.3. Conteúdo inserido pelo Usuário (prompts, conversas, documentos)**

Durante a utilização das funcionalidades de IA, o Usuário insere voluntariamente, em campos próprios da Plataforma:

- textos (prompts, perguntas, instruções);
- documentos enviados para análise (peças processuais, contratos, decisões, etc.);
- jurisprudências enviadas com a finalidade específica de alimentar a base de pesquisa interna.

Esses conteúdos podem, **conforme exclusiva decisão do Usuário**, conter dados pessoais de Cliente Final e de terceiros, sendo aplicável o disposto na Cláusula 11 desta Política.

#### **4.4. Dados de comunicação**

Quando o Usuário entra em contato pelo canal de suporte, são tratados o conteúdo da mensagem, o e-mail de origem e os dados de contexto necessários para resposta.

#### **4.5. Dados que não coletamos**

A PetiçãoLegal **não solicita nem coleta**, durante o Beta:

- dados biométricos;
- dados de localização precisos em segundo plano;
- dados de Cliente Final diretamente do Cliente Final (somente via inserção pelo Usuário).

#### 4.6. Camada gratuita com limite diário e dados de pagamento

4.6.1. **Modelo de uso.** Durante a fase Beta, a PetiçãoLegal disponibiliza ao Usuário uma **camada gratuita**, sujeita a **limite diário de utilização**, na quantidade e nos critérios indicados na própria Plataforma, podendo ser ajustada pela PetiçãoLegal a qualquer tempo, com comunicação prévia razoável. O Usuário que desejar utilizar a Plataforma sem a limitação diária poderá, **a seu critério**, contratar **plano de assinatura mensal recorrente**.

4.6.2. **Dados coletados para fins de pagamento.** Quando o Usuário optar pela contratação de plano pago, a PetiçãoLegal trata os dados estritamente necessários ao processamento da assinatura, observado o seguinte:

(a) **Dados fiscais:** nome civil, CPF e, quando aplicável, endereço, para emissão de documento fiscal;

(b) **Dados de pagamento:** dados de cartão de crédito, débito, Pix, boleto ou outro meio utilizado **não são armazenados pela PetiçãoLegal**. A captura, autenticação, processamento e renovação automática da assinatura ocorrem integralmente no ambiente do **subprocessador de pagamentos contratado** (ver Cláusula 8), o qual observa os padrões de segurança aplicáveis, em especial o **PCI-DSS**, no que tange a dados de cartão de pagamento. À PetiçãoLegal são retornados apenas dados não sensíveis necessários ao controle interno e à gestão da assinatura (ex.: identificador da transação, status do pagamento, valor, bandeira e últimos quatro dígitos do cartão quando aplicável, data da próxima cobrança);

(c) **Histórico de cobrança:** registro das transações realizadas pelo Usuário (data, valor, status e identificador da transação), mantido pelo prazo previsto na Cláusula 10.

4.6.3. **Bases legais.** O tratamento dos dados descritos nesta Cláusula 4.6 fundamenta-se em (i) **execução de contrato** (art. 7º, V, da LGPD), no que se refere à gestão e ao processamento da assinatura contratada pelo Usuário; (ii) **cumprimento de obrigação legal e regulatória** (art. 7º, II), no que se refere às obrigações fiscais, tributárias e contábeis; e (iii) **legítimo interesse** (art. 7º, IX), para prevenção a fraudes, conferência de pagamentos, gestão de inadimplência e segurança da Plataforma.

4.6.4. **Relação de consumo.** Aplica-se, no que couber, o **Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)**, sem prejuízo das demais disposições contratuais aplicáveis à relação entre a PetiçãoLegal e o Usuário profissional.

#### 5. COMO COLETAMOS OS DADOS

5.1. **Diretamente do Usuário:** ao se cadastrar, ao utilizar a Plataforma e ao se comunicar com o suporte.

5.2. **De forma automatizada:** por meio de logs e cookies essenciais (ver Cláusula 9).

5.3. **De fontes públicas:** confirmação de inscrição ativa na OAB junto ao cadastro nacional dos advogados, mediante consulta automatizada por API.

#### 6. FINALIDADES E BASES LEGAIS DO TRATAMENTO

A tabela a seguir resume o tratamento realizado pela PetiçãoLegal:

<b>Finalidade</b>	<b>Dados utilizados</b>	<b>Base legal (LGPD, art. 7º ou art. 11)</b>
Criação e manutenção da Conta; autenticação; prestação dos serviços do Beta	Cadastro, dados de uso, conteúdo inserido	<b>Execução de contrato</b> (art. 7º, V)
Validação de inscrição ativa na OAB	CPF, número OAB	<b>Cumprimento de obrigação regulatória</b> correlata e <b>execução de contrato</b> (art. 7º, II e V)
Cumprimento de obrigações legais e regulatórias (LGPD, Marco Civil, normativos da OAB)	Cadastro, logs	<b>Cumprimento de obrigação legal</b> (art. 7º, II)
Segurança da Plataforma, prevenção a fraude, monitoramento de abuso	Dados de uso, IP, logs	<b>Legítimo interesse</b> (art. 7º, IX)
Suporte ao Usuário	Dados de comunicação, dados de cadastro, conteúdo de conversa (excepcionalmente, mediante necessidade técnica documentada)	<b>Execução de contrato</b> (art. 7º, V)
Comunicações operacionais sobre a Conta e a Plataforma	E-mail, dados de cadastro	<b>Execução de contrato</b> (art. 7º, V)
Gestão da assinatura mensal recorrente, processamento de cobranças, cobrança de inadimplência e prevenção a fraudes em pagamentos	Dados fiscais, identificador da transação, histórico de cobrança	<b>Execução de contrato</b> (art. 7º, V) e <b>legítimo interesse</b> (art. 7º, IX)
Emissão de documento fiscal e cumprimento de obrigações tributárias e contábeis decorrentes da assinatura	Nome, CPF, endereço (quando aplicável), dados da transação	<b>Cumprimento de obrigação legal</b> (art. 7º, II)
Comunicações de marketing e novidades comerciais	E-mail, nome	<b>Consentimento</b> específico (art. 7º, I), revogável a qualquer tempo

<b>Finalidade</b>	<b>Dados utilizados</b>	<b>Base legal (LGPD, art. 7º ou art. 11)</b>
Indexação de jurisprudência anonimizada na base de pesquisa (RAG)	Apenas conteúdo de jurisprudência, após anonimização e revisão humana	<b>Execução de contrato</b> (art. 7º, V) e <b>legítimo interesse</b> (art. 7º, IX), considerando que se trata de conteúdo público e desidentificado
Defesa em processos judiciais, administrativos ou arbitrais	Quaisquer dados pertinentes	<b>Exercício regular de direitos</b> (art. 7º, VI)

**Importante:** a PetiçãoLegal **não trata dados pessoais sensíveis** (art. 11 da LGPD) como parte de sua operação. Quando o Usuário, por sua iniciativa, insere dados sensíveis no Conteúdo do Usuário, atua sob sua exclusiva responsabilidade, devendo observar a base legal aplicável perante o titular (Cláusula 11).

## 7. NÃO UTILIZAÇÃO DE DADOS PARA TREINAMENTO DE IA

7.1. A PetiçãoLegal **não utiliza** os prompts, conversas, documentos, minutas geradas, metadados de uso ou quaisquer outros dados do Usuário **para treinamento, ajuste fino ou aperfeiçoamento de modelos de inteligência artificial**, próprios ou de terceiros.

7.2. **Confirmação contratual com o provedor de IA.** O provedor de IA atualmente utilizado (Google Gemini API, plano pago Tier 2) prevê expressamente, em seus próprios termos, que **não utiliza os comandos enviados nem as respostas geradas para aperfeiçoar seus produtos**, conforme termos disponíveis em <https://ai.google.dev/gemini-api/terms>.

7.3. **Exceção única — jurisprudências para o RAG.** Decisões judiciais (acórdãos, sentenças, súmulas, ementários) enviadas pelo Usuário, com a finalidade específica de alimentar a base de pesquisa interna, são submetidas a:

(a) **filtro automatizado de anonimização**, com remoção de nomes próprios, números de CPF, números de processos sob sigilo e demais identificadores; (b) **revisão humana** antes da indexação; (c) **incorporação à base de pesquisa interna (RAG)** apenas após aprovação na revisão.

A indexação não constitui treinamento do modelo de IA, mas sim a inclusão de conteúdo público, anonimizado, em base interna de busca da Plataforma. Documentos rejeitados na revisão são descartados.

## 8. COMPARTILHAMENTO DE DADOS E SUBPROCESSADORES

8.1. A PetiçãoLegal **não vende, aluga ou cede dados pessoais** a terceiros para fins comerciais ou de marketing.

8.2. **Subprocessadores essenciais à operação.** Os dados são compartilhados, na medida estritamente necessária à prestação do serviço, com os seguintes operadores:

Subprocessador	Finalidade	País de processamento	Mecanismo de proteção
<b>Hostinger International Ltd.</b>	Hospedagem da aplicação e armazenamento de dados (datacenter Brasil – São Paulo)	<b>Brasil</b> (datacenter principal); eventual suporte técnico de matriz fora do Brasil	DPA (Data Processing Agreement) padrão do fornecedor
<b>Google LLC (Gemini API)</b>	Processamento dos prompts e geração da Saída de IA pelo modelo	Pode ocorrer em qualquer país onde o Google opere infraestrutura, incluindo <b>Estados Unidos da América</b>	Termos do serviço pago Gemini API (proteção contratual e técnica), incluindo vedação de uso para treinamento e medidas de segurança próprias do Google
<b>ASAAS (Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamento S.A.)</b>	Processamento de pagamentos da assinatura mensal recorrente (cartão de crédito, Pix, boleto), gestão de cobrança e emissão de cobranças recorrentes	<b>Brasil</b>	Instituição de Pagamento autorizada pelo Banco Central do Brasil; conformidade com PCI-DSS (cartões); contrato de prestação de serviços e DPA padrão do fornecedor

8.3. Todos os subprocessadores são contratualmente obrigados a tratar os dados **exclusivamente conforme as instruções da PetiçãoLegal**, observando padrões adequados de segurança e os limites legais de finalidade.

8.4. **Outras hipóteses de compartilhamento.** A PetiçãoLegal poderá, ainda, compartilhar dados:

(a) com **autoridades competentes**, mediante requisição legal específica (ordem judicial, requisição administrativa fundada em lei, autoridade fiscal, ANPD); (b) com **assessores jurídicos, contábeis e auditores**, sob dever de confidencialidade, no estrito necessário ao exercício de direitos ou cumprimento de obrigações; (c) em caso de **reorganização societária, sucessão empresarial ou cessão da Plataforma a pessoa jurídica criada para sua operação**, com prévia comunicação ao Usuário e mantidas as garantias desta Política.

## 9. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

9.1. **Hospedagem.** O datacenter principal contratado para hospedagem da Plataforma situa-se em **São Paulo/Brasil**. Atividades acessórias do fornecedor de hospedagem (como suporte técnico ou backups secundários) podem, eventualmente, ser realizadas a partir de outros países, conforme termos do fornecedor.

9.2. **Provedor de IA.** Os prompts e conteúdos processados pela funcionalidade de IA são enviados ao Google (Gemini API), que pode armazená-los temporariamente, em cache ou em qualquer país no qual

mantenha infraestrutura, **incluindo os Estados Unidos da América**, para fins exclusivos de prestação do serviço de IA e de monitoramento de abuso, conforme termos do serviço.

9.3. **Base legal para a transferência internacional.** As transferências internacionais ocorrem com fundamento no **art. 33, II, “a”** da LGPD (cláusulas contratuais específicas do contrato firmado com o fornecedor) e no **art. 33, V** (necessidade para execução do contrato com o titular), sempre observando garantias contratuais e técnicas equivalentes ao padrão exigido pela legislação brasileira.

9.4. Caso o Usuário deseje saber mais sobre o tratamento de dados realizado pelo Google em conexão com o serviço Gemini API, deve consultar <https://ai.google.dev/gemini-api/terms> e <https://policies.google.com/privacy>.

## 10. RETENÇÃO E EXCLUSÃO DOS DADOS

Categoria de dado	Prazo de retenção
Dados de cadastro (Conta)	Enquanto durar a Conta. Após o encerramento, exclusão em até 30 (trinta) dias, salvo retenção legal mínima
Conteúdo de conversas (prompts, respostas, documentos da sessão)	<b>Até 180 (cento e oitenta) dias</b> corridos, contados do encerramento de cada conversa, após o que são excluídos automaticamente, <b>salvo se já houverem sido excluídos antes pelo próprio Usuário</b>
Logs de acesso e de uso	6 (seis) meses, conforme art. 15 do Marco Civil da Internet
Comunicações de suporte	Até 12 (doze) meses, salvo necessidade legal de retenção maior
Histórico de cobrança, dados de transação da assinatura e documentos fiscais emitidos	<b>5 (cinco) anos</b> , contados do encerramento do exercício fiscal correspondente, em observância à legislação tributária (CTN, arts. 173 e 174), ao art. 27 do CDC e ao art. 195 da Lei nº 8.212/1991
Jurisprudência anonimizada e indexada (RAG)	Por prazo indeterminado, enquanto a Plataforma estiver em operação. Em caso de identificação posterior de problema (ex.: dado pessoal não anonimizado remanescente), o conteúdo é removido individual e imediatamente
Dados necessários ao cumprimento de obrigações legais	Pelo prazo previsto em lei específica (fiscal, tributária, regulatória)
Dados necessários ao exercício regular de direitos	Até o prazo prescricional aplicável

10.1. **Encerramento do Beta.** Ao final do Beta, conforme Cláusula 4.3 dos Termos de Uso, o Usuário será notificado sobre o destino dos dados, podendo exportar e/ou solicitar a exclusão.

10.2. **Exclusão antecipada.** O Usuário pode, a qualquer momento, solicitar a exclusão de seus dados enviando solicitação para suporte@peticaolegal.com.br.

## 11. TRATAMENTO DE DADOS DE TERCEIROS PELO USUÁRIO

11.1. Esta cláusula é dirigida ao Usuário (advogado) e tem caráter de regulação contratual interna da utilização da Plataforma.

11.2. Quando o Usuário insere, na Plataforma, dados pessoais de **Cliente Final** ou de **terceiros** (partes adversas, testemunhas, peritos, etc.), o Usuário declara, sob sua exclusiva responsabilidade, que:

(a) é o **controlador** dos referidos dados, conforme art. 5º, VI, da LGPD; (b) possui **base legal adequada** para o tratamento (art. 7º ou art. 11 da LGPD), em especial: execução de contrato com o cliente, exercício regular de direitos em processo judicial (art. 7º, VI), legítimo interesse, consentimento específico ou outras hipóteses cabíveis; (c) **anonimizou ou pseudonimizou** os dados sempre que possível e juridicamente recomendável; (d) **observou seu dever de sigilo profissional** previsto no art. 7º, II e XIX, da Lei nº 8.906/1994, e no art. 35 do Código de Ética e Disciplina da OAB; (e) **não inseriu dados pessoais de menores, dados de saúde, dados de crianças e adolescentes ou outros dados sensíveis** sem base legal específica admitida pelo art. 11 da LGPD; (f) **observou a Recomendação CFOAB nº 001/2024**, em especial o item 4, formalizando junto ao Cliente Final o uso de inteligência artificial na prestação dos serviços advocatícios.

11.3. A PetiçãoLegal, nessa hipótese, atua como **operadora** desses dados (art. 5º, VII, LGPD), tratando-os exclusivamente conforme instruções do Usuário e conforme as funcionalidades da Plataforma.


11.4. **Em caso de incidente de segurança que envolva dados de Cliente Final**, a PetiçãoLegal cooperará com o Usuário no cumprimento das obrigações de comunicação à ANPD e ao titular, na forma do art. 48 da LGPD, sem prejuízo das responsabilidades cabíveis.


11.5. **Recomendação à parte.** A PetiçãoLegal disponibiliza, dentro da Plataforma, **modelo referencial de aviso de uso de IA** para que o Usuário entregue ao seu Cliente Final, em cumprimento ao item 4 da Recomendação CFOAB. Trata-se de **modelo meramente referencial**, cabendo ao Usuário sua adaptação ao caso concreto e a colheita do consentimento informado do Cliente Final, sob sua exclusiva responsabilidade.

## 12. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

12.1. A PetiçãoLegal adota medidas técnicas e administrativas de segurança proporcionais aos riscos do tratamento, em observância ao art. 46 da LGPD, incluindo, na fase Beta:

(a) **controle de acesso** à Conta por meio de credenciais individuais (login e senha), com armazenamento de senhas em formato criptografado;

(b)  **[CONFIRMAR — NOTA 1] Criptografia em trânsito (TLS)** entre o navegador do Usuário e os servidores da Plataforma, e entre a Plataforma e o provedor de IA;

(c)  **[CONFIRMAR — NOTA 1] Criptografia em repouso** das informações armazenadas no banco de dados e nos backups

(d) **acesso restrito** ao conteúdo de conversa de Usuário, limitado a 1 (um) responsável técnico (Sr. Wesley Aparecido Jose Barbato), apenas em situações de necessidade técnica documentada (ex.: investigação de incidente de segurança, atendimento de suporte expressamente solicitado pelo Usuário, cumprimento de ordem judicial);

(e) **Registro automático ou escrito** de cada acesso a conteúdo de conversa de Usuário, com identificação do agente, data, hora e justificativa (*redação a ser confirmada conforme implementação técnica*);

(f) **backups regulares** do índice de jurisprudência (RAG);

(g) **filtros automatizados de anonimização** aplicados a todo conteúdo de jurisprudência antes da indexação;

(h) **monitoramento** de tentativas de acesso indevido e de abuso da Plataforma;

(i) **revisão periódica** de medidas de segurança ao longo do Beta.

12.2. **Limitações.** Embora a PetiçãoLegal adote medidas razoáveis, **nenhum sistema é absolutamente imune a falhas, ataques cibernéticos ou incidentes de segurança.** O Usuário reconhece esse risco inerente e compromete-se a colaborar imediatamente em caso de identificação de problema, comunicando-se com suporte@peticaolegal.com.br.

12.3. **Comunicação de incidentes.** Em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a PetiçãoLegal comunicará o evento à ANPD e aos titulares afetados, na forma do art. 48 da LGPD.

## 13. COOKIES

13.1. A Plataforma utiliza, durante o Beta, **apenas cookies essenciais** ao funcionamento (autenticação, sessão, segurança), os quais **não exigem consentimento prévio** por serem estritamente necessários.

13.2. **Não são utilizados**, durante o Beta, cookies analíticos (Google Analytics, Hotjar, Plausible), cookies de marketing (Meta Pixel, LinkedIn Insight, Google Ads) ou cookies de terceiros para rastreamento.

13.3. Caso, em versões futuras, sejam adicionados cookies não essenciais, a Plataforma implementará banner de consentimento prévio, conforme exigido pela ANPD.

## 14. DIREITOS DOS TITULARES

Em conformidade com o art. 18 da LGPD, o Usuário (e qualquer titular de dados tratados pela PetiçãoLegal) pode, a qualquer tempo, exercer os seguintes direitos:

(a) **confirmação** da existência de tratamento; (b) **acesso** aos dados; (c) **correção** de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; (d) **anonimização, bloqueio ou eliminação** de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade; (e) **portabilidade** dos dados a outro fornecedor, observados segredos comerciais e regulamentação; (f) **eliminação** dos dados tratados com base em consentimento; (g)

**informação** sobre as entidades públicas e privadas com as quais houve compartilhamento; (h) **informação** sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e suas consequências; (i) **revogação** do consentimento, quando aplicável; (j) **oposição** a tratamento realizado com fundamento em legítimo interesse, demonstrando situação concreta a justificar.

**Como exercer:** as solicitações devem ser enviadas para **suporte@peticaolegal.com.br**, com identificação do titular. A PetiçãoLegal responderá no prazo de até 15 (quinze) dias, podendo solicitar informações adicionais para confirmação da identidade.

**Limitações.** Alguns direitos podem ser limitados quando o tratamento for indispensável ao cumprimento de obrigação legal, ao exercício regular de direitos em processo, à execução de contrato em curso, ou quando os dados já tenham sido anonimizados de forma irreversível.

**Reclamação à ANPD.** O titular poderá, ainda, apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados — ANPD, por meio de seu canal oficial.

## 15. CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A PetiçãoLegal **não se destina a crianças e adolescentes**. O cadastro exige idade mínima de 18 (dezoito) anos e **inscrição ativa na OAB**. Caso seja identificado o tratamento inadvertido de dados de crianças ou adolescentes, a PetiçãoLegal procederá à exclusão imediata, ressalvado o estritamente necessário ao cumprimento de obrigações legais.

## 16. ATUALIZAÇÕES DESTA POLÍTICA

16.1. Esta Política poderá ser atualizada a qualquer tempo para refletir mudanças regulatórias, técnicas ou na operação da Plataforma.

16.2. Em caso de alterações materiais, a PetiçãoLegal notificará os Usuários por e-mail e por aviso na própria Plataforma, com antecedência mínima de 7 (sete) dias.

16.3. A versão sempre vigente é a publicada no endereço [URL DA POLÍTICA], com indicação da data da última atualização.

## 17. CONTATO

Assunto	Canal
Encarregado pelo Tratamento de Dados (DPO)	suporte@peticaolegal.com.br
Exercício de direitos do titular	suporte@peticaolegal.com.br
Comunicação de incidente de segurança	suporte@peticaolegal.com.br
Suporte geral	suporte@peticaolegal.com.br

**NOTAS DE PLACEHOLDER PARA CONFIRMAÇÃO INTERNA**

**⚠️ NOTA 1 — TLS e criptografia em repouso (Cláusula 12).** Confirmar com desenvolvedores antes da publicação:

- **TLS em trânsito:** redação atual presume implementação. Se confirmado, manter. Se não houver, **publicar não é recomendado** — TLS é padrão mínimo.
- **Criptografia em repouso:** se confirmado (banco e/ou backups), manter alínea (c). Se não houver, **remover** a alínea (c) ou substituir por: “controle de acesso restrito ao banco de dados e aos backups, com autenticação multifator quando aplicável”.